

**Destinatários:**

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

**269 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 27 de abril a 8 de maio de 2026**

<b>1. SESSÃO SOLENE - PRESIDENTE DO PARLAMENTO DA UCRÂNIA</b>	<b>1</b>
<b>2. CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DE PARLAMENTOS DA UE</b>	<b>2</b>
<b>3. COMUNIDADE POLÍTICA EUROPEIA - CIMEIRA</b>	<b>3</b>
<b>4. PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE FLORENÇA</b>	<b>4</b>
<b>5. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL - COESÃO - COMITÉ DAS REGIÕES</b>	<b>5</b>
<b>6. PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE O QFP 2028-34</b>	<b>6</b>
<b>7. PARLAMENTO EUROPEU</b>	<b>7</b>
Quadro Financeiro Plurianual 2028-34	7
Venezuela	8
Comissão IMCO - Mythos	8
Outras decisões e debates no PE	9
<b>8. COMISSÃO EUROPEIA - ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA</b>	<b>9</b>
<b>9. REUNIÕES DO CONSELHO</b>	<b>10</b>
<b>10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA</b>	<b>10</b>
Conselho Europeu	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da UE	10

## 1. SESSÃO SOLENE - PRESIDENTE DO PARLAMENTO DA UCRÂNIA

No dia 6 de maio, teve lugar na Assembleia da República uma **Sessão Solene de Boas-Vindas do Presidente da Verkhovna Rada da Ucrânia, Ruslan Stefanchuk**. O programa incluiu, além disso, um encontro com o Presidente da Assembleia da República (PAR), José Pedro Aguiar-Branco, a assinatura do Livro de Honra, a troca de presentes e ainda a assinatura de um Memorando de Cooperação entre a Assembleia da República (AR) e o Verkhovna Rada da Ucrânia, pelos Secretários-Gerais dos dois Parlamentos. Realizou-se, ainda, uma visita à exposição imersiva *“Living the War”* (detalhe [aqui](#)).



O Presidente da Verkhovna Rada da Ucrânia, Ruslan Stefanchuk, dirigiu-se ao Plenário da Assembleia da República (vídeo do Canal Parlamento [aqui](#)), num discurso marcado por um forte apelo político à continuidade do apoio europeu à Ucrânia, sublinhando a convergência de valores entre os dois países e o papel central do conflito no futuro da Europa.

Na sua intervenção, o Presidente da Verkhovna Rada começou por enquadrar a visita como um gesto político significativo, destacando a importância de estar *“no coração da democracia portuguesa”*, num parlamento que *“desde o início da invasão em grande escala, tem apoiado consistentemente a Ucrânia”*. Expressou um agradecimento claro, sublinhando que, apesar da distância geográfica, *“a Ucrânia e Portugal estão profundamente unidos por valores partilhados: liberdade, democracia, dignidade humana, respeito pela soberania”*. Enfatizou a proximidade política e estratégica, assente na ideia de que a distância entre Lisboa e Kyiv — *“quatro mil quilómetros”* — é irrelevante quando estão em causa princípios fundamentais. Reforçou igualmente a ideia de complementaridade geopolítica, descrevendo Portugal e a Ucrânia como *“dois postos avançados da Europa continental: o Ocidental e o Oriental”*.

No plano político e securitário, Ruslan Stefanchuk caracterizou a Ucrânia como *“o guardião Oriental da Europa”*, afirmando que no seu território *“corre a linha de confronto entre a vida e a morte, entre o direito à escolha e o ditame totalitário”*. Neste contexto, dirigiu um apelo direto aos parceiros europeus, incluindo Portugal, para que mantenham e reforcem o apoio militar, sublinhando que *“cada sistema de defesa aérea, cada obus de artilharia, cada veículo blindado significa vidas salvas”*. Acrescentou que apoiar a Ucrânia corresponde a *“investir na segurança de toda a Europa — de Kharkiv ao Algarve”*.

Defendeu que *“as sanções contra a Rússia devem tornar-se insuportáveis”* e que *“a justiça deve ser inevitável”*, advertindo que *“um compromisso com um tirano é sempre uma guerra adiada”*. Sublinhou ainda o fator estratégico que é a integração europeia, afirmando que *“a Ucrânia é a Europa”* e que o seu futuro europeu constitui uma resposta direta às ambições do Kremlin: *“estamos a regressar a casa”*.

A intervenção encerrou com um apelo à perseverança política e moral — “*não temos o direito à fadiga até que o mal seja derrotado*” — e com uma expressão de reconhecimento e proximidade: “*Obrigado, Portugal! Viva Portugal! Glória à Ucrânia!*”.

Em seguida, o Presidente da Assembleia da República (PAR, discurso [aqui](#)) sublinhou o impacto das palavras do seu homólogo ucraniano, que “*levam-nos a refletir*” sobre a natureza e a duração da agressão russa, “*fora das nossas zonas de conforto*” e “*longe dos círculos de especialistas que comentam a guerra no dia-a-dia*”.

Neste enquadramento, advertiu que “*tudo o que fizermos, ou não fizermos [...] terá consequências diretas no futuro do próprio projeto europeu*”, apresentado como uma “*construção de paz*”, assente no respeito pela integridade territorial, pelo Estado de direito e pela liberdade dos povos. O PAR enfatizou, de seguida, a natureza do conflito, afirmando de forma inequívoca que “*a Ucrânia não quis esta guerra. Não é a agressora, é a agredida*”, e que o povo ucraniano luta direito de “*escolher o seu futuro, em liberdade*”. No plano nacional, o Presidente da Assembleia da República recordou que Portugal “*condenou a agressão russa, desde a primeira hora*”, tendo prestado apoio à Ucrânia nas vertentes militar, diplomática e humanitária, com o respaldo “*muito substancial*” da sociedade portuguesa. Assinalou igualmente o envolvimento ativo da Assembleia da República, através de visitas, participação em reuniões parlamentares internacionais, iniciativas das comissões permanentes e do grupo parlamentar de amizade Portugal–Ucrânia, sublinhando a continuidade desse compromisso.

Por fim, ambos os Presidentes destacaram a assinatura de um Memorando de Entendimento entre os Secretários-Gerais da Assembleia da República, Anabela Cabral Ferreira, e da Verkhovna Rada da Ucrânia, Viacheslav Shtuchnyi, que o PAR qualificou como “*mais do que um documento formal*” e “*um sinal claro de compromisso*”.

Este instrumento visa promover a cooperação técnica e contribuir para a aproximação do Parlamento ucraniano aos padrões e valores europeus, traduzindo-se num passo concreto na construção de um futuro comum assente “*na liberdade, na democracia e no respeito pela dignidade humana*”.



## 2. CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES DE PARLAMENTOS DA UE

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia reúne anualmente os Presidentes dos parlamentos nacionais dos Estados-Membros, dos países candidatos e do Parlamento Europeu, constituindo um dos principais fóruns de coordenação política e de reflexão estratégica sobre o papel dos parlamentos no funcionamento democrático da União Europeia.

A cimeira de 2026, organizada pelo Parlamento dinamarquês em Copenhaga, centrou os seus trabalhos nos desafios colocados pela nova ordem internacional, pela segurança europeia, pelo alargamento da União, pela resiliência democrática e pelas ameaças híbridas às instituições parlamentares. Entre os principais temas em debate destacaram-se o apoio parlamentar aos países candidatos à adesão, o combate à desinformação, o impacto das transformações tecnológicas sobre a democracia representativa e a necessidade de reforçar a continuidade institucional dos parlamentos perante riscos híbridos e de segurança. Toda a informação está disponível [aqui](#), incluindo os vídeos das sessões<sup>1</sup>.

O PAR participou nos debates políticos de alto nível. Na sessão dedicada ao tema “*A Europa numa Ordem Mundial em Mudança: Segurança, Alargamento e o Papel dos Parlamentos*”, defendeu que “*a Europa é chamada a afirmar-se como um ator geopolítico*”, sublinhando que o atual contexto internacional exige uma

<sup>1</sup> Fotos disponíveis em <https://flickr.com/photos/parleu2025dk/>

União Europeia mais coesa e estrategicamente afirmativa. Considerou que o alargamento deve ser encarado “*como uma escolha estratégica para a segurança, para a estabilidade do continente e para a credibilidade do projeto europeu*”, rejeitando a ideia de oposição entre aprofundamento e alargamento da União. Na sua intervenção, salientou ainda o papel específico da cooperação interparlamentar neste processo, questionando se os instrumentos atualmente disponíveis são suficientes para responder aos desafios colocados pela nova conjuntura europeia ou se será necessário aprofundar essa cooperação entre parlamentos.



Na sessão sobre “*Resiliência Democrática em Tempos de Mudança*”, defendeu que “*a resiliência democrática não se mede apenas pela capacidade de resistência às ameaças exteriores*”, mas sobretudo pela capacidade das democracias “*preservarem a confiança dos cidadãos*”. Alertou para os riscos colocados pela polarização, pela desinformação e pela manipulação do espaço público, sustentando que os parlamentos “*não podem limitar-se a reagir; devem fazer parte da solução*”, enquanto espaços onde “*o conflito se transforma em debate e a divergência em decisão*”. Defendeu ainda a necessidade de investir nos jovens, abrir mais os parlamentos aos cidadãos e reforçar a cooperação interparlamentar, nomeadamente na promoção da literacia mediática e digital e na concretização do “*Escudo Europeu para a Democracia*”. Concluiu que preservar “*a integridade do debate democrático*” é hoje uma condição essencial para o aprofundamento do projeto europeu e uma responsabilidade central dos parlamentos nacionais.

### 3. COMUNIDADE POLÍTICA EUROPEIA - CIMEIRA

A oitava cimeira da Comunidade Política Europeia realizou-se em Erevã, na Arménia, reunindo mais de 40 chefes de Estado e de Governo sob o lema “*Construir o futuro: unidade e estabilidade na Europa*”. A reunião, copresidida pelo Presidente do Conselho Europeu, António Costa, e pelo Primeiro-Ministro arménio, Nikol Pashinyan, centrou-se no reforço da resiliência democrática, da conectividade, da segurança económica e energética, num contexto marcado pela guerra da Rússia contra a Ucrânia e pela instabilidade no Médio Oriente. António Costa sublinhou que “*a forma como a Europa faz as coisas – diplomacia, multilateralismo e respeito pelo direito internacional – gera resultados, gera paz*”, defendendo igualmente que a Europa deve assumir “*a vanguarda da defesa da ordem internacional assente em regras*”. A cimeira teve ainda um significado político particular por ter sido a primeira realizada no Sul do Cáucaso, região onde, segundo António Costa, a Comunidade Política Europeia ajudou a criar as condições para o acordo histórico de paz entre a Arménia e o Azerbaijão. O Presidente do Conselho Europeu salientou também que “*a Arménia [está] no coração da Europa*”, reafirmando a disponibilidade da UE para apoiar a estabilidade regional e o reforço das instituições democráticas.

A reunião ficou igualmente marcada pela participação inédita do Primeiro-Ministro canadiano, Mark Carney, primeira presença de um país não europeu na Comunidade Política Europeia, considerada por António Costa como “*um reflexo do forte e crescente alinhamento entre a Europa e o Canadá*”. Foi igualmente anunciado que as

próximas cimeiras da Comunidade Política Europeia terão lugar na Irlanda, em novembro de 2026, e na Suíça, em abril de 2027. Pode ser consultada a página da reunião [aqui](#).

#### 4. PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE FLORENÇA

O Instituto Universitário Europeu de Florença assinalou, entre 7 e 9 de maio, o seu [50.º aniversário](#) com um conjunto de iniciativas académicas e institucionais dedicadas aos principais desafios do projeto europeu, reunindo responsáveis políticos europeus, académicos, investigadores e estudantes. A sessão comemorativa contou, entre outros, com a participação da Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, do Presidente do Conselho Europeu, António Costa, e do antigo Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi.

O Presidente da República Portuguesa, António José Seguro, foi o *key-note speaker* do primeiro dia, sendo que na sua intervenção (disponível [aqui](#), incluindo o vídeo), alertou para o facto de “*a paz [ser] uma conquista frágil*”, considerando que a União Europeia continua a representar “*o maior projeto de paz da história moderna*”, mas advertiu para os riscos colocados pela erosão democrática, pela desinformação e pelo crescimento de movimentos nacionalistas. A partir da história recente da Europa, identificou dois ensinamentos centrais: em primeiro lugar, que “*as democracias não declaram guerra entre si*”, defendendo que a proteção da democracia constitui simultaneamente “*uma opção ideológica e uma exigência de segurança coletiva*”; em segundo lugar, que “*os nacionalismos não são solução*”, sublinhando que “*patriotismo e nacionalismo não são sinónimos*”.



O Presidente da República defendeu ainda que a Europa deve percorrer “*quatro caminhos em simultâneo*” para preservar a paz e garantir o futuro do projeto europeu: “*salvaguardar a democracia*”, “*aprofundar a integração política*”, “*construir autonomia estratégica*” e “*estabelecer uma cultura política de confiança*”. No domínio da autonomia estratégica, apontou três áreas prioritárias: segurança e defesa, energia e competitividade económica. Defendeu uma maior capacidade europeia de defesa, sustentando que a Europa necessita de “*uma capacidade de defesa autónoma, credível e articulada com os seus aliados tradicionais*”, bem como de “*comprar europeu*” e reforçar a autonomia tecnológica. Na área da energia, apelou a uma política energética comum que reduza dependências estratégicas, enquanto, no plano económico, alertou para o atraso europeu nas áreas do digital, inteligência artificial, semicondutores e tecnologias quânticas, afirmando que “*a Europa está a perder terreno para os Estados Unidos e para a China nas tecnologias do futuro*”.

Ao nível institucional, António José Seguro defendeu a necessidade de reformar os mecanismos de decisão da União Europeia, considerando que “*a regra da unanimidade em domínios estratégicos funcionou no século passado, não resulta no século XXI*”, e sustentando que “*o mundo não espera por nós*”. Na sua perspetiva, “*uma Europa de 27 países, que se move apenas quando há consenso, é uma Europa que chega sempre tarde*”, incapaz de responder com rapidez aos desafios geopolíticos, económicos e tecnológicos atuais. Defendeu, por isso, uma governação europeia mais ágil, assente em “*maiorias com ambição*” e em lideranças capazes de pensar “*a Europa para além dos egoísmos imediatos dos Estados-Membros*”. Sublinhou ainda que “*nenhum Estado pode impedir um conjunto de outros Estados a fazerem o que querem*”, admitindo soluções diferenciadas de integração entre grupos de países, à semelhança do que já sucede na zona euro.

Concluiu que “*a clareza gera confiança*” e que “*A ambiguidade perpetua a inércia e o atraso*”, sendo que os dirigentes europeus “*não podem adiar por mais tempo esta clarificação*”, defendendo igualmente a criação de um sistema de recursos próprios que permita financiar de forma mais eficaz a ação política da União Europeia.

## 5. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL - POLÍTICA DE COESÃO - COMITÉ DAS REGIÕES

O Comité das Regiões Europeu aprovou por unanimidade, na sessão plenária de 6 de maio, três pareceres sobre a reforma da Política de Coesão pós-2027 e sobre a proposta da Comissão Europeia para o próximo orçamento de longo prazo da UE, relativo ao período 2028-2034. Os representantes locais e regionais defenderam a necessidade de modernizar a Política de Coesão, mas rejeitaram cortes orçamentais, a diluição dos seus instrumentos num fundo único e a eventual marginalização das regiões e cidades em favor de uma gestão mais centralizada pelos governos nacionais (textos disponíveis [aqui](#)).

As principais propostas aprovadas passam por:

- manter um apoio previsível da Política de Coesão a todas as categorias de regiões — menos desenvolvidas, em transição e mais desenvolvidas;
- rejeitar planos nacionais de investimento quando as autoridades regionais e locais não forem envolvidas na sua preparação;
- consagrar um princípio transversal de “não prejudicar a coesão” em todas as políticas da UE;
- preservar dotações autónomas e claramente identificadas para instrumentos como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo de Coesão, o Fundo Social Europeu e a cooperação territorial europeia INTERREG;
- assegurar que pelo menos 20 % das dotações da coesão, das zonas rurais e das pescas sejam canalizados para estratégias integradas de desenvolvimento territorial, como investimentos territoriais integrados, desenvolvimento local de base comunitária, LEADER ou outros instrumentos territoriais definidos pelos Estados-Membros.

No plano institucional, o Comité das Regiões propõe que os futuros Planos de Parceria Nacionais e Regionais sejam acompanhados por verdadeiras avaliações de governação multinível, tornando obrigatória a consulta das autoridades locais e regionais pelos Estados-Membros. Quando essa participação não for assegurada, regiões e cidades deveriam **poder acionar uma nova “cláusula de subsidiariedade”**, notificando a Comissão Europeia para que esta possa rejeitar planos excessivamente centralizados.

O Comité opõe-se, assim, à transformação destes planos num simples “fundo único” à disposição dos Estados-Membros, defendendo uma arquitetura orçamental que preserve a natureza própria da Política de Coesão e dos seus instrumentos territoriais.

Vasco Alves Cordeiro, português, do Partido Socialista Europeu (PSE/PES), co-relator sobre o regulamento dos Planos de Parceria Nacionais e Regionais, presidente da comissão COTER e membro da Assembleia Legislativa dos Açores, advertiu que a reforma proposta pela Comissão corria o risco de transformar a Política de Coesão numa “*história de recentralização e de oportunidades perdidas*”, afastando “*as regiões e cidades que tornam a Europa real*”. Emil Boc, romeno, do Partido Popular Europeu (PPE/EPP), co-relator sobre o mesmo regulamento e presidente da Câmara de Cluj-Napoca, sublinhou, por seu lado, que a Política de Coesão “*não pode tornar-se dano colateral dentro de megafundos nacionais*” e que a parceria, a governação multinível e a subsidiariedade “*não são formalidades burocráticas; são o ADN da solidariedade europeia*”.

Quanto ao modelo de execução e controlo, os representantes locais e regionais acolheram o objetivo de simplificar a monitorização da despesa europeia, mas alertaram que essa simplificação não deve comprometer a transparência; a responsabilização; a ação climática; a justiça social; a coesão territorial.

Em particular, manifestaram reservas quanto à substituição do sistema baseado no reembolso de despesas por um modelo assente em marcos e metas de desempenho, advertindo que a sobreposição entre sistemas, a inadequação de alguns indicadores e a falta de preparação administrativa podem gerar nova complexidade e maior carga burocrática. Por isso, defendem que a aplicação plena das novas regras só avance depois de resolvidas essas questões e após um período transitório, acompanhado de formação e assistência técnica aos responsáveis públicos.

María Guardiola Martín, espanhola, do Partido Popular Europeu (PPE/EPP), relatora sobre o regulamento do FEDER, da Cooperação Territorial Europeia e do Fundo de Coesão, e presidente do Governo Regional da Estremadura, sublinhou que a Política de Coesão *“não é um custo — é o investimento da Europa na solidariedade, na competitividade e no equilíbrio territorial”*, rejeitando a *“falsa escolha entre convergência e competitividade”*. No mesmo sentido, Luca Menesini, italiano, do Partido Socialista Europeu (PSE/PES), relator sobre o Regulamento do Quadro de Desempenho, conselheiro provincial de Lucca e presidente do grupo PSE no Comité das Regiões, advertiu que a simplificação *“não deve tornar-se o cavalo de Troia da centralização”*, defendendo que não pode haver *“simplificação sem subsidiariedade”*, *“eficiência sem parceria”* nem *“progresso sem medir o impacto territorial de cada euro gasto”*.

Damos nota, ainda, de que o *think tank* do PE publicou um estudo sobre Flexibilidade e simplificação na Política de Coesão no âmbito das propostas para o QFP 2028-2034, disponível [aqui](#), e um sobre o sistema de recursos próprios, [aqui](#).

## 6. PARECER DO TRIBUNAL DE CONTAS SOBRE O QFP 2028-34

O Tribunal de Contas Europeu publicou uma nota de síntese sobre a proposta de Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034, concluindo que **a profunda reformulação apresentada pela Comissão Europeia — embora assente na promessa de simplificação e maior flexibilidade — não garante necessariamente uma melhor utilização dos fundos europeus**. Na análise intitulada [EU budget 2028-2034 – The ECA’s view: Many changes may not make it better](#), o Tribunal assinala que a proposta, próxima de 2 mil milhões de euros, representa um aumento de 59 % a preços correntes face ao QFP 2021-2027, mas alerta para riscos relevantes caso não haja acordo sobre novas receitas, nomeadamente **recursos próprios**: ou as contribuições nacionais poderão aumentar de forma significativa, ou a dimensão efetiva do orçamento poderá ter de ser reduzida.

A principal preocupação do Tribunal prende-se com a criação de grandes instrumentos agregadores, em particular o novo Fundo Europeu, que passaria a financiar, através de planos nacionais e regionais únicos, áreas tão distintas como a coesão, a agricultura, o desenvolvimento rural, as pescas, a política marítima, a prosperidade e a segurança. O Tribunal reconhece que a redução do número de programas pode simplificar a arquitetura orçamental, mas adverte que a fusão de políticas distintas pode comprometer a realização dos seus objetivos específicos e obrigar a escolhas entre prioridades concorrentes. No caso da **agricultura**, a ausência de um fundo dedicado e a integração da PAC no novo modelo podem gerar divergências entre planos nacionais e condições de concorrência desiguais entre agricultores. O Tribunal assinala ainda que a maior flexibilidade na afetação de fundos, embora útil em contexto de crise, pode reduzir a previsibilidade necessária a investimentos de longo prazo, ao mesmo tempo que a transferência de responsabilidades para os Estados-Membros poderá aumentar a carga administrativa nacional.

Outra reserva central diz respeito ao modelo de execução baseado no desempenho, inspirado na experiência do NextGenerationEU e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. O Tribunal considera que o quadro de

desempenho proposto apresenta lacunas de conceção e não permite medir adequadamente os resultados obtidos com a despesa da UE, em particular quando os indicadores são sobretudo de realização, e não de resultado ou impacto. Alerta igualmente para o risco de a Comissão, enquanto responsável última pela proteção do orçamento europeu, passar a depender, em áreas significativas do QFP, de sistemas nacionais de controlo que o Tribunal tem identificado como frequentemente frágeis. Neste contexto, o Tribunal pede maior clareza sobre a definição de valor acrescentado europeu, melhores garantias de transparência, rastreabilidade e responsabilização, bem como acesso adequado aos sistemas de informação usados na gestão do orçamento.

Estes pareceres foram elaborados pelo Tribunal de Contas Europeu em resposta a pedidos dos legisladores da UE — o Parlamento Europeu e o Conselho —, embora alguns pareceres individuais indiquem pedidos de apenas uma das instituições, e destinam-se a apoiar o processo legislativo com recomendações sobre boa gestão financeira, simplificação, transparência, controlo, desempenho e proteção dos interesses financeiros da União.

No conjunto dos trabalhos já publicados sobre o QFP 2028-2034, destacam-se:

- [EU budget 2028-2034 – The ECA’s view: Many changes may not make it better](#) — nota de síntese transversal sobre a proposta de QFP 2028-2034;
- [Opinion 01/2026 — Fundo Europeu de Competitividade](#);
- [Opinion 02/2026 — Horizonte Europa](#);
- [Opinion 03/2026 — Regulamento do QFP 2028-2034](#);
- [Opinion 04/2026 — Sistema de recursos próprios da UE](#);
- [Opinion 05/2026 — Política Agrícola Comum](#);
- [Opinion 06/2026 — Mecanismo de Proteção Civil da União e preparação para emergências sanitárias](#);
- [Opinion 07/2026 — Europa Global](#);
- [Opinion 08/2026 — Programa Mercado Único e Alfândegas](#);
- [Opinion 09/2026 — Fundo Europeu para a coesão económica, social e territorial, agricultura, desenvolvimento rural, pescas, política marítima, prosperidade e segurança](#);
- [Opinion 10/2026 — Quadro de desempenho e rastreio da despesa orçamental](#);
- [Opinion 11/2026 — AgoraEU](#);
- [Opinion 12/2026 — Erasmus+](#).

## 7. PARLAMENTO EUROPEU

Da sessão plenária da passada semana (27 a 30 de abril), e das reuniões de Comissão desta semana, destacamos:

### Quadro Financeiro Plurianual 2028-34

O Parlamento Europeu aprovou, por 370 votos a favor, 201 contra e 84 abstenções, a sua posição sobre a estrutura e os principais valores do Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034, defendendo que o próximo orçamento de longo prazo da UE seja fixado em 1,27 % do RNB da União, com os custos de reembolso da dívida do NextGenerationEU excluídos dos limites máximos orçamentais. A posição aprovada representa um aumento moderado, de cerca de 10 %, face à proposta da Comissão, elevando o orçamento global para cerca de 1,78 mil milhões de euros a preços constantes de 2025 — ou 2,01 mil milhões de euros a preços correntes —, e

procura equilibrar novas prioridades, como a defesa, a competitividade, a inovação e as transições ecológica e digital, com políticas tradicionais como a coesão, a agricultura, as pescas, o Fundo Social Europeu e o Erasmus+.

O relatório reafirma ainda a necessidade de novos recursos próprios, capazes de gerar cerca de 60 mil milhões de euros por ano, para financiar o orçamento e reembolsar a dívida comum, admitindo alternativas como impostos sobre serviços digitais, jogo online, criptoativos ou o alargamento do CBAM. Os correlatores Siegfried Mureşan (PPE, Roménia) e **Carla Tavares (S&D, Portugal)** defenderam que a posição aprovada procura conjugar ambição e realismo, insistindo que políticas como a PAC, a coesão, o Horizonte Europa e o Erasmus+ continuam a ser “a espinha dorsal da solidariedade europeia”, cabendo agora ao Conselho corresponder a esta ambição e garantir um acordo atempado. Detalhe e texto disponível [aqui](#).

### Venezuela

O Parlamento Europeu aprovou, por 507 votos a favor, 31 contra e 35 abstenções, uma resolução sobre as insuficiências da “Lei da Amnistia” na Venezuela, lamentando que o seu termo prematuro, o âmbito limitado, a ausência de monitorização independente e a aplicação discriminatória tenham impedido que a medida constituísse uma verdadeira base para a reconciliação política. Os Deputados manifestaram particular preocupação com o facto de a lei não ter assegurado a libertação incondicional de todos os presos políticos — estimando que pelo menos 470 pessoas continuem injustamente detidas em condições desumanas — e reiteraram o apelo à sua libertação e à recuperação plena dos seus direitos civis e políticos. A resolução sublinha ainda que qualquer amnistia não pode, em circunstância alguma, servir para proteger responsáveis por violações de direitos humanos, que devem ser responsabilizados, e insta o regime venezuelano a pôr termo à repressão, reformar as instituições judiciais, policiais e eleitorais e encerrar instalações utilizadas para detenções arbitrárias. O Parlamento defende, por fim, que a UE não deve levantar sanções contra indivíduos responsáveis por violações de direitos humanos enquanto não forem dados passos significativos para uma transição pacífica, liderada pelos venezuelanos, para a democracia, incluindo a retirada das acusações politicamente motivadas contra a oposição democrática.

O **Deputado Sebastião Bugalho (PPE, Portugal)** é um dos primeiros subscritores da proposta que deu origem a esta resolução ([aqui](#).)

### Comissão IMCO - Mythos

A Comissão IMCO (Mercado Interno e Proteção dos Consumidores) do PE debateu, em 6 de maio, os riscos de cibersegurança associados a modelos avançados de inteligência artificial, como o **Mythos**, da Anthropic, com vários Deputados a alertarem para a insuficiência do atual quadro regulamentar da UE. Pablo Arias Echevarría (PPE, Espanha) questionou que medidas podem ser tomadas para mitigar o risco de estes modelos serem usados “*para fins políticos*”, enquanto Christel Schaldemose (S&D, Dinamarca) perguntou se a UE tem recursos e competências para se proteger de sistemas tão avançados, questionando se “*Somos capazes de nos defender?*”, defendendo a aplicação “*mais cedo*” do Cyber Resilience Act. Foram igualmente levantadas preocupações sobre usos militares, desinformação e instabilidade, com Gheorghe Piperea (ECR, Roménia) a advertir que a IA “*gera alucinações*” e pode criar “*conflitos inexistentes*”.

Os grupos Renew Europe e A Esquerda lamentaram a ausência da Anthropic no debate e insistiram na necessidade de respostas europeias mais claras. Anna Stürghk (Renew, Áustria) alertou que modelos como o Mythos podem abrir caminho a “*ciberataques maiores e em larga escala*” contra hospitais, bancos e outras infraestruturas críticas. Leila Chaibi (A Esquerda/GUE-NGL, França) questionou a “*suficiência*” do quadro regulatório atual e defendeu capacidades europeias “*soberanas*”.

A Comissão Europeia respondeu que a aplicação combinada do AI Act e do Cyber Resilience Act deverá assegurar um nível elevado de cibersegurança, mas admitiu que a revisão do Cybersecurity Act poderá identificar lacunas “*incluindo ligadas à IA*”. A partir de 2 de agosto, a Comissão poderá solicitar informações, avaliar modelos, aplicar multas até 3 % do volume de negócios anual mundial e, em casos extremos, restringir a sua disponibilidade no mercado europeu; a [ENISA](#) (Agência da UE para Cibersegurança) advertiu, por seu lado, que se aproximam “tempos difíceis”, com mais ataques e vulnerabilidades, defendendo que o caso Mythos deve servir para reforçar a resiliência e as capacidades comuns de segurança da UE.

#### Outras decisões e debates no PE

- [Apoio ao processo de adesão do Montenegro](#) à UE
- [Apoio ao processo de adesão da Albânia](#) à UE
- [Regressão democrática na Geórgia](#)
- [Aprovado voto por procuração para eurodeputadas durante a gravidez e após o parto](#)

### 8. COMISSÃO EUROPEIA - ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA

A Comissão Europeia apresentou, em 6 de maio, um **novo pacote social destinado a combater a pobreza e reforçar os direitos das pessoas com deficiência na União Europeia**. O pacote inclui a primeira [Estratégia Europeia de Combate à Pobreza](#), com o objetivo de contribuir para erradicar a pobreza até 2050, uma proposta de recomendação do Conselho sobre exclusão habitacional, uma comunicação sobre o reforço da Garantia Europeia para a Infância e uma comunicação sobre a atualização da estratégia para os direitos das pessoas com deficiência até 2030. A iniciativa responde a um contexto social particularmente exigente: 52 % dos europeus apontam o custo de vida como principal preocupação, 40 % consideram a falta de habitação acessível um problema urgente, cerca de 1 milhão de pessoas vivem em situação de sem-abrigo, e a pobreza afeta um em cada cinco europeus e uma em cada quatro crianças. Ursula von der Leyen afirmou que “*a pobreza e a exclusão são desafios que podemos e devemos superar*”, defendendo uma resposta assente em “*dignidade, oportunidade e igualdade*”.

A estratégia propõe uma abordagem integrada, centrada em **três prioridades: emprego de qualidade, acesso efetivo a serviços essenciais e apoios adequados ao rendimento, e ação coordenada contra a pobreza em todas as idades**. A Comissão pretende ainda reforçar a [Garantia Europeia para a Infância](#), assegurando melhor acesso a cuidados de infância, educação, saúde, refeições escolares, apoio psicológico e programas de mentoria, incluindo através de um projeto-piloto de Cartão Europeu da Garantia para a Infância. No domínio da habitação, a proposta de recomendação sobre exclusão habitacional privilegia soluções preventivas e de longo prazo, com mais habitação social e acessível. Roxana Mînzatu sublinhou que a Europa é definida não apenas pela sua força económica, mas também pelo seu “*modelo social e solidariedade*”, considerando que a nova estratégia deve ajudar a prevenir a pobreza e acelerar a resposta às pessoas já afetadas.

No mesmo pacote, a Comissão propôs reforçar a [Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência até 2030](#), num contexto em que cerca de 90 milhões de pessoas na UE vivem com deficiência, apenas 55 % estão empregadas, 1,4 milhões continuam em instituições e uma em cada três está em risco de pobreza. Entre as medidas previstas contam-se a implementação em toda a UE do Cartão Europeu da Deficiência e do Cartão Europeu de Estacionamento, a criação de uma Aliança para a Vida Independente, o reforço da acessibilidade nos transportes e o investimento em tecnologias de assistência, incluindo ferramentas de inteligência artificial. Hadja Lahbib afirmou que os direitos das pessoas com deficiência devem ser “*verdadeiramente vividos no quotidiano*”, sublinhando que a inclusão plena é uma escolha sobre “*o tipo de sociedade que queremos construir*”.

## 9. REUNIÕES DO CONSELHO

As reuniões do Conselho neste período podem ser consultadas [aqui](#).

## 10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

### Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

### Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada ao trabalho das Comissões ([aqui](#)) e dos grupos políticos.

### Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [13 de maio](#), destacando-se a **Iniciativa para a resiliência da saúde global, e o Pacote relativo aos passageiros** (Serviços digitais de mobilidade multimodal, Reserva e emissão de bilhetes digitais únicas, Revisão do Regulamento relativo aos direitos e obrigações dos passageiros ferroviários).

### Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 11 de maio - [Reunião informal dos ministros dos Assuntos Europeus; Conselho Educação e Juventude; Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); 12 de maio - [Conselho Cultura e Desporto; Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Defesa\); Reunião informal dos ministros da Energia](#).

Bruxelas | 8 de maio de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)